

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.985 - PE (2016/0238493-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : **FERNANDO ALVES DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S) - CE006031**  
                  **MARIA APARECIDA FEITOSA RODRIGUES - PE024598**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido liminar, interposto por **FERNANDO ALVES DA SILVA** contra acórdão ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 317, *caput*, e 317, §1º, ambos do Código Penal.

No curso do processo, houve imposição de medida cautelar de suspensão da função que exercia, como Oficial de Justiça.

Impetrado mandado de segurança na origem, objetivando a retomada do exercício de suas funções públicas, a Corte Estadual não conheceu da ordem, em acórdão assim ementado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL. MEDIDA CAUTELAR SUSPENDENDO O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA (ART.319, VI, CPP). SUPOSTO ATO COATOR. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO JURÍDICA IMPUGNADA. TERATOLOGIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. INCABIMENTO DA VIA ELEITA. INTELIGÊNCIA DO ART.5º, III, LEI Nº 12.016/2009. SÚMULA 268/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

- Não cabe mandado de segurança contra, decisão judicial transitada em julgado (art. 5º, inciso III, da Lei n. 12.016/2009), considerando que o writ constitucional não se presta como substitutivo de revisão criminal. Incidência da Súmula 268 do STF. Precedentes do STF e do STJ.

II - Agravo Regimental improcedente. Decisão unânime." (e-STJ, fl. 70).

No presente recurso, pleiteia o recorrente o provimento do recurso ordinário "para o fim específico, de ordenar a remessa do autos à instância a quo, para que o mérito da impetração seja julgado, como entender a douta câmara criminal." (e-STJ, fl. 94).

Indeferida a liminar.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não provimento do recurso ordinário.

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu este recurso, pois, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

1/12/2017, o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE proferiu sentença absolutória (Processo n.º 0004434-19.2011.8.17.0480).

Desse modo, a discussão posta acerca da suspensão do exercício da função pública encontra-se superada.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso em mandado de segurança, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

